



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 142/2025
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Termo de Referência (TR), é o documento constitutivo, elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e definirá o objeto para atendimento da necessidade (art. 65 do Decreto nº 3.927/2023); deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), além de outros instrumentos de planejamento da Administração (art. 66 do Decreto nº 3.927/2023); será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, pela equipe de planejamento da contratação (art. 67 do Decreto nº 3.927/2023); e ainda, deverá ser divulgado na mesma data do edital ou do aviso de contratação direta, como um anexo do processo administrativo (art. 68 do Decreto nº 3.927/2023).

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 69 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:” (caput do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023).

*“I – **definição do objeto** [...]” (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 1** deste documento;*

*“II – **fundamentação da contratação** [...]” (inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 2** deste documento;*

*“III – **descrição da solução como um todo** [...]” (inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 3** deste documento;*

*“IV – **requisitos da contratação**;” (inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento;*

*“V – **modelo de execução do objeto**, [...]” (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;*

*“VI – **modelo de gestão do contrato**, [...]” (inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;*

*“VII – **critérios de medição e pagamento**;” (inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;*



“VIII – forma e critérios de seleção do fornecedor [...]” (inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“IX – estimativas do valor da contratação, [...]” (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“X – adequação orçamentária, [...]” (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

O presente Termo de Referência apresenta as condições ponderadas pela contratante, visando a contratação de fornecedores para atender a demanda de serviços e/ou de produtos, os quais, estando vinculados a finalidade de atender aos anseios desta municipalidade.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições aqui estipulados não são classificadas como sigilosas, conforme os nos termos previstos na Lei nº 15.527/2011, e portanto, é condição de eficácia, a execução do que disciplina o Art. 68 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 142/2025

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

Órgão gestor:

Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, conforme os termos de Art. 192 do Decreto nº 3.927/2023.

Órgãos participantes:

Demais Secretarias, divisões, departamentos pertencentes unicamente à Administração Pública Municipal de São Jorge D'Oeste/PR.

Planejamento municipal:

Verifica-se que há consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2025, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: <https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras/>

Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência

Membros requisitantes:

- Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, nomeado pelo Decreto nº 4496/2025, o Senhor CLAIR MARIANO DA COSTA;
- O Agente de Contratação (Fase de Planejamento), o servidor Clodoaldo Blank, nomeado pela Portaria nº 2865/2025.



SEÇÃO 1 – DAS DEFINIÇÕES DO OBJETO

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1 – OBJETO.

Este instrumento auxiliar, tem por objeto o CREDENCIAMENTO de instituições bancárias (financeiras) para prestação de serviços bancários para recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais por meio de Guia de Arrecadação Municipal do Município de São Jorge D'Oeste, padrão FEBRABAN, conforme termo de referência.

1.1.1 DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação é caracterizado como produto de natureza comum, conforme os termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2 DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

1.1.3 DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

1.1.3.1 O quantitativo estimado para esta contratação apresenta-se conforme abaixo:

ITEM	COD EQUIP	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	67263	Serviço de arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	UND	50000
2	67264	Serviço de arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo	UND	100000
3	67265	Serviço de arrecadação por documento recebido nos correspondentes bancários.	UND	15000
4	67266	Serviço de arrecadação por documento recebido nas casas lotéricas.	UND	35000



5	67267	Serviço de arrecadação por documento recebido nos terminais de autoatendimento.	UND	15000
6	67268	Serviço de arrecadação por documento recebido via PIX.	UND	110000

1.1.3.2 A remuneração pelos serviços executados é a constante da tabela abaixo:

ITEM	COD EQUIP	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	VALOR REGISTRADO
1	67263	Serviço de arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	UND	R\$ 1,09
2	67264	Serviço de arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo	UND	R\$ 1,09
3	67265	Serviço de arrecadação por documento recebido nos correspondentes bancários.	UND	R\$ 1,09
4	67266	Serviço de arrecadação por documento recebido nas casas lotéricas.	UND	R\$ 1,09
5	67267	Serviço de arrecadação por documento recebido nos terminais de autoatendimento.	UND	R\$ 1,09
6	67268	Serviço de arrecadação por documento recebido via PIX.	UND	R\$ 1,00

1.1.3.2 O preço de referência para o credenciamento e contratação, informado mediante pesquisa de mercado está disposto na tabela de valor, do subitem 9.1.1 Será pago pelos serviços apenas o valor máximo por unidade, conforme o apresentado no item 1.1.3.2, sendo que qualquer valor ofertado divergente do estipulado na tabela abaixo implicará em descredenciamento/desclassificação.

1.1.4 DA MODALIDADE DO CREDENCIAMENTO

1.1.4.1 Será adotado o sistema de execução do credenciado nos termos inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021

“O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: (...)

II – Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;”



1.1.5 DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO

1.1.5.1 A divulgação do edital de chamamento para o CREDENCIAMENTO, será permanente, como exorta o inciso I do Parágrafo Único do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.5.2 Pretende-se a contratação da instituição, após a homologação do credenciamento, por prazo e 60 meses, instruídos pelo Art. 107 e Art. 108 da Lei nº 14.133/2021, devido a característica de necessidade contínua e permanente do objeto.

1.1.5.2.1 Poderão ser alterados os contratos, nos termos dos Art. 124 e Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.5.3 Poderá ainda ser prorrogado o prazo de vigência nos limites da Lei nº 14.133/2021 (decenal), e renovando-se o quantitativo original.

1.1.5.4 A CONTRATADA, poderá solicitar seu descredenciamento, desde que faça com tempo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

2.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação atende a necessidade de credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários para recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais por meio de Guia de Arrecadação Municipal, de maneira desconcentrada, ainda que no padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

3.1 DA SOLUÇÃO:

Conforme Estudo Técnico Preliminar, a solução proposta tem como objetivo credenciar instituições financeiras para a prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos e receitas públicas municipais de São Jorge D'Oeste/PR, utilizando a Guia de Arrecadação Municipal em conformidade com o padrão FEBRABAN. Essas instituições deverão proporcionar soluções completas para o processamento de pagamentos dos tributos municipais, através da emissão, registro e liquidação dos boletos bancários, com transparência e segurança. A solução deverá ser eficiente, com sistemas integrados que possibilitem a prestação de contas



eletrônica (via arquivos magnéticos) e repasses rápidos dos valores arrecadados para a conta do Município.

Essa solução visa não apenas a otimização da arrecadação tributária, mas também o fortalecimento da gestão financeira do Município, com mais controle, transparência e

eficiência no uso dos recursos públicos.

3.2 DOS OBJETIVOS DA SOLUÇÃO:

I - Eficiência e agilidade: Garantir que os contribuintes possam realizar o pagamento de tributos de forma rápida e segura, por meio de diversos canais de pagamento, como agências físicas, caixas eletrônicos, internet banking, aplicativos móveis e correspondentes bancários;

II - Integração com o Sistema Municipal: As instituições deverão integrar seus sistemas com os sistemas da Prefeitura para permitir conciliar automaticamente os pagamentos, gerando relatórios diários e arquivos magnéticos de prestação de contas;

III - Segurança: A solução deve garantir a segurança da informação, com o uso de tecnologias de criptografia e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

IV - Transparência: Permitir à Prefeitura o acompanhamento em tempo real das arrecadações, com acesso contínuo a relatórios detalhados de todos os pagamentos realizados, incluindo informações sobre valores e vencimentos;

V - Custo acessível e competitivo: A solução permitirá que o Município tenha acesso a tarifas competitivas, com base nas práticas do mercado e na quantidade de boletos emitidos e pagos, com a possibilidade de negociação de condições favoráveis de acordo com o volume de arrecadação.

3.3 DOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO:

I - Infraestrutura de Pagamento: A instituição credenciada deverá oferecer meios de pagamento diversificados, tanto físicos quanto digitais, para facilitar o acesso dos contribuintes ao pagamento de tributos;



II - Processamento e Repasses: A instituição financeira deverá realizar o processamento das arrecadações, incluindo a liquidação dos boletos e o repasse dos valores para a conta do Município em até 24 (vinte e quatro) horas úteis (D+1), conforme especificado;

III - Relatórios e Conciliação Bancária: A instituição financeira fornecerá relatórios diários com informações detalhadas sobre cada pagamento, permitindo à Prefeitura realizar a conciliação bancária de forma automática e eficiente;

IV - Suporte Técnico: A instituição deverá oferecer suporte técnico contínuo à Prefeitura.

3.4 DOS BENEFÍCIOS ESPERADOS:

I - Melhoria no atendimento ao contribuinte, com mais opções e maior facilidade de pagamento;

II - Maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas municipais, com maior transparência e rastreabilidade dos recursos;

III - Redução de erros e fraudes na arrecadação, através de sistemas automatizados de controle e conciliação;

IV - Previsibilidade financeira, com a certeza de que os valores arrecadados serão repassados ao Município de forma rápida e segura;

V - Redução de custos operacionais ao substituir processos manuais por soluções tecnológicas integradas.

SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

4.1 DOS REQUISITOS

Conforme Estudo Técnico Preliminar, a contratação, por meio de credenciamento público, tem como objetivo habilitar instituições financeiras a realizarem o recolhimento de tributos e demais receitas públicas do Município de São Jorge D'Oeste/PR, mediante a Guia de Arrecadação Municipal – padrão FEBRABAN, com posterior prestação de contas em meio eletrônico (magnético). Para tanto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Requisitos Institucionais e Regulatórios:



4.1.1.1 Estar regularmente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, como instituição financeira ou cooperativa de crédito apta à prestação de serviços bancários;

4.1.1.2 Apresentar comprovação de regularidade jurídica e fiscal.

4.1.2 Requisitos Técnicos e Operacionais:

4.1.2.1 Disponibilizar múltiplas formas de pagamento, inclusive: Internet banking, aplicativo móvel, caixas eletrônicos e débito automático;

4.1.2.2 Garantir conciliação bancária por meio magnético, com arquivos de retorno diários, em formato compatível com os sistemas de arrecadação e contabilidade municipal;

4.1.2.3 As instituições financeiras ficam obrigadas a fornecer ao Município, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras e outras que forem requeridas, especialmente a confirmação de autenticações quando estiver em curso algum processo administrativo.

4.1.3 Requisitos de Segurança e Suporte:

4.1.3.1 Garantir a segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018);

4.1.3.2 Oferecer suporte técnico contínuo e treinamento inicial, com atendimento preferencial ao ente público;

4.1.3.3 Comprometer-se com a disponibilidade de serviços, inclusive fora do horário comercial (via meios digitais), assegurando a continuidade da arrecadação (para casos em que houver disponibilidade).

4.1.4 Requisitos de Prestação de Contas e Repasse:

4.1.4.1 Realizar repasses diários ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis (D+1) após o recolhimento;

4.1.4.2 Encaminhar prestação de contas por meio eletrônico (magnético) com identificação do contribuinte, tributo, data e valor pago.



4.1.5 Condições Complementares:

4.1.5.1 Os serviços serão prestados exclusivamente no estabelecimento do credenciado, com pessoal próprio, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município;

4.1.5.2 A escolha do estabelecimento ou profissional será feita exclusivamente pelo beneficiário, tomador do serviço, que receberá lista dos credenciados, com os seus respectivos horários de atendimento, quando emitida as vias para pagamento, autorizado o serviço pela Secretaria do Administração do Município;

4.1.5.3 A adesão ao credenciamento não gerará exclusividade, podendo outras instituições serem credenciadas a qualquer tempo, desde que atendam aos requisitos estabelecidos.

4.1.5.4 Para a realização do serviço, o credenciado deverá receber do beneficiário, a autorização emitida pela Secretaria do Administração, Contabilidade e Finanças/Divisão de Tributação do Município, na qual constará o serviço a ser realizado;

4.1.5.5 O Município autoriza as instituições credenciadas a autenticar documentos de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas, bem como a emitir comprovantes eletrônicos de pagamentos dos referidos documentos com a chancela dos seus correspondentes;

4.1.5.6 O Município autoriza a instituição financeira a receber contas, tributos e demais receitas devidas, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil (D+1) subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao contribuinte;

4.1.5.7 O Município autoriza o recebimento em atraso, mediante orientações contidas na guia de arrecadação municipal;

4.1.5.8 Todos os documentos de arrecadação serão autenticados, de forma que fiquem evidenciados, no mínimo, a identificação da instituição, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido;

4.1.5.9 Somente o Município providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos contribuintes;

4.1.5.10 As instituições financeiras não se responsabilizam pelas declarações consignadas nos documentos de arrecadação, competindo-lhe recusar o recebimento quando o documento de



arrecadação for impróprio ou quando contiver emendas e/ou rasuras;

4.1.5.11 A credenciada repassará ao Município o produto da arrecadação no dia útil imediatamente após a data do recebimento (D+1) através de transferência à conta centralizadora indicada pela credenciante;

4.1.5.12 No caso de o recebimento junto ao contribuinte ser feito por estabelecimento comercial sob a responsabilidade da instituição credenciada, o prazo do item 4.1.5.11 não será alterado, permanecendo em D+1, devendo esta forma de procedimento ser previamente comunicada ao Município;

4.1.5.13 O produto da arrecadação diária não repassado no prazo determinado, sujeitará a

credenciada a remunerar a credenciante com o acréscimo monetário pela variação do índice IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor – FIPE), a partir do dia útil seguinte àquele prazo, até o dia do efetivo repasse, exceto quando da ocorrência de feriado. Se o atraso for maior do que o dobro estabelecido e se originar em falha ou negligência da credenciada, incorrerá, cumulativamente, na multa de 50% (cinquenta por cento) ao dia de atraso desse mesmo encargo monetário IPC- FIPE;

4.1.5.14 Os documentos de arrecadação por meio magnético serão colocados à disposição do Município no primeiro dia útil (D+1) após a arrecadação;

4.1.5.15 Em caso de inconsistência do documento de arrecadação por meio magnético, a instituição financeira deverá regularizar o referido documento em meio magnético, o devolvendo dentro de até 03 (três) dias corridos (D+3) após a recepção do comunicado de inconsistência;

4.1.5.16 Na ausência de disponibilização de documentos ou do meio magnético ou de prestação de contas nos prazos estabelecidos, caberá ao Município a exigência de tal obrigação e, se for o caso, aplicação das penalidades previstas neste Edital;

4.1.5.17 As instituições financeiras se obrigam a manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços deste Edital, de modo a que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível;

4.1.5.18 É vedado ao credenciado cancelar ou debitar valores não expressamente autorizados neste Edital ou sem a autorização expressa do Município;

4.1.5.19 Não será considerada como repassada a arrecadação quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade;

4.1.5.20 O retorno das informações sobre os pagamentos efetuados deverá ser por meio eletrônico em “layout” disponibilizado e regulamentado pela FEBRABAN, sendo de responsabilidade da instituição



bancária credenciada fornecer todas as informações necessárias para que a Prefeitura possa efetuar o processamento dos registros desses pagamentos e contabilizá-los no dia seguinte da arrecadação, permanecendo disponível e de fácil acesso por um período de 45 (quarenta e cinco) dias;

4.1.5.21 Manutenção de arquivos – manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico em “Layout” disponibilizado e regulamentado pela FEBRABAN, pelo período mínimo de vigência do credenciamento.

4.1.5.22 Homologação de boleto – a credenciada deverá estar preparada para recepcionar os arquivos de amostra para teste e homologação dos boletos, em formato digital e através de ambiente web.

4.1.5.23 A credenciante encaminhará para teste, 20 (vinte) registros para cada tipo de tributo, elaborados rigorosamente em conformidade com o padrão FEBRABAN conforme descrito em seus manuais. Os testes finais deverão ser entregues à credenciante, tendo a credenciada o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do envio dos arquivos para que os protótipos sejam aprovados, sujeitos as penalidades do Edital.

4.1.5.24 Dentro deste prazo estabelecido, deverão ser apontadas todas as possíveis correções e adequações que forem necessárias para aprovação final, sendo reiniciado o prazo a partir da entrega do arquivo devidamente corrigido.

4.1.5.25 Caso os serviços apresentem irregularidades, especificações incorretas ou esteja fora dos padrões determinados ou fora do prazo de validade exigido, a credenciada deverá regularizar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o atraso na regularização dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades cabíveis.

SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

5.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.1.1 O início da execução do objeto se dará após a contratação (INEXIGIBILIDADE) superada a homologação do credenciado, mediante o recebimento da requisição/autorização:

5.1.2 Os repasses deverão ser pelos valores total indicado na guia e recebido (incluindo valores de multa e/ou outras incidências orientadas naquele instrumento).

5.2 As cobranças da tarifa:

5.2.1 Seguem-se pelo valor credenciado, para a forma de recebimento realizada pelo contribuinte;



5.2.2 No primeiro dia útil do mês subsequente ao do recebimento da guia, a CREDENCIADA, elaborará um RELATÓRIO (conforme modelo no anexo I deste TR) do quantitativo dos serviços realizados (por forma de recebimento) e enviará à tesouraria municipal pelo endereço: tesouraria@pmsjorge.pr.gov.br;

5.2.2.1 **Não poderá ser debitado em conta, qualquer valor a título de cobrança de tarifa.**

5.2.2.2 O pagamento das referidas tarifas, obedecerão a ORDEM CRONOLÓGICA dos pagamentos, conforme orientação da Lei Nº 14.133/2021 e regulamentada a nível municipal pelo decreto 3.927/2023.

5.2.2.2 O relatório referido no item 5.2.2, poderá estar acompanhado do instrumento de cobrança (boleto), desde que com data de vencimento para o décimo quinto (15) dia do mês corrente.

5.2.2.2.1 O prazo solicitado no item anterior, é o prazo para que o pagamento seja realizado respeitando a ordem cronológica referenciada no item 5.2.2.2;

5.2.2.2.2 Para os casos de pagamento por depósito bancário, o repasse (pagamento) poderá ser antes daquele prazo, (solicitado no item 5.2.2.2), ainda que respeitando a ordem cronológica de pagamento, mesmo que aquele seja a data limite para que ocorra.

SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato será fiscalizado pela da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, o Gestor do contrato o Sr. Clair Mariano da Costa, a fiscalização Administrativa, Técnica e Setorial, deverá ser por nomeações específicas devido à essencialidade do objeto.

6.1.2 Serão observados, pelos agentes de fiscalização, os prazos estipulados neste termo de referência.

6.1.3 Serão utilizados como critério de gestão e fiscalização do contrato o cumprimento dos prazos estabelecidos bem como a qualidade dos serviços prestados.

SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)



7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1.1 A medição dos serviços realizados, será mediante a validação do relatório emitido pela CREDENCIADA e enviado à tesouraria municipal;

7.2 DO PAGAMENTO

7.2.1 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste conforme a periodicidade dos relatórios, definida em contrato, encaminhados no e-mail tesouraria@pmsjorge.pr.gov.br;

7.2.2 O prazo para pagamento será até o décimo quinto (15º) dia do mês de emissão do relatório, desde que este tenha sido enviado no máximo até o terceiro (3º) dia útil daquele mesmo mês.

7.2.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.2.4 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.2.5 Havendo divergências no relatório, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Credenciada providencie as medidas saneadoras.

7.2.5.1 Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.2.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Credenciada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$



Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (6 / 100) I = 0,00016438$

I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

SEÇÃO 8– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

8.1. DA FORMA DO CRENCIAMENTO:

8.1.1 No estabelecimento deste Credenciamento, definiu-se pelo disposto no inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, mediante as condições do inciso III do Parágrafo Único do **caput** do mesmo artigo, a saber: “a critério de terceiros”.

8.1.1.1 Por assim dizer, será o beneficiário, (contribuinte e/ou pagador), que escolherá entre os credenciados, para a execução do serviço.

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA PARA CREDENCIAR-SE:

8.2.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.2.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.



8.2.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.2.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.2.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.2.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda



respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

Consistirá na apresentação da documentação relativa à:

8.4.1 Autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

8.4.2 Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.4.3 Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII;

8.4.4 Declaração de que não está impedido de contratar com a Administração Pública em razão da vedação constante no art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.4.5 Declaração de que aceita e tem condições de executar integralmente as exigências do presente edital;

8.4.6 Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.14 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

8.14.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para recebimento das propostas.

8.14.1.1 A exigência se justifica, uma vez que a instituição/empresa que credenciar-se à realização do serviço, permanecerá em seu poder os valores dos tributos municipais, ainda que por um período máximo estipulado neste documento, ainda assim estará sob sua responsabilidade e guarda, e nestas condições torna-se prudente e salutar tal certidão.

SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)



9.1 DO ORÇAMENTO PARA AS DEMANDAS

9.1.1 Conforme Mapa de apuração espelhado abaixo, é possível perceber a formação do preço máximo para esta contratação, mediante a composição da cesta de preços, em pesquisa com fornecedores diretos, contemplando 100% das cooperativas de créditos atuantes no município. A pesquisa foi realizada entre os dias 05/08 e 12/08/2025, adotando o critério de média de preços entre os pesquisados, para parametrizar o preço proposto para cada um dos serviços, por este credenciamento, a verificar:



Estado do Paraná | www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município, por meio de guias emitidas com códigos de barras padrão Febran – Federação Brasileira de Bancos pelo setor responsável do Município de São Jorge D'Oeste – PR, e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico, dos valores arrecadados. Pelo prazo de 60 (SESSENTA) meses.

		NOME DA EMPRESA		CNPJ		Data / Cotação					
COT 1		SICOOB VALE SUL		02.466.552/0011-97		05/08/25					
COT 2		SICREDI IGUAÇU		84.974.278/0002-30		12/08/25					
COT 3		CRESOL LIDERANÇA		02.934.201/0004-34		12/08/25					
COT 4											
		VALOR R\$									
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MÉDIA SIMPLES	MAIOR PREÇO	MENOR PREÇO	Valor Global
1	Serviço de arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	UND	50000	1,00	2,18	0,10		1,09	2,18	0,10	54.500,00
2	Serviço de arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo	UND	100000	1,00	2,18	0,10		1,09	2,18	0,10	109.000,00
3	Serviço de arrecadação por documento recebido nos correspondentes bancários.	UND	15000	1,00	2,18	0,10		1,09	2,18	0,10	16.350,00
4	Serviço de arrecadação por documento recebido nas casas lotéricas.	UND	35000	1,00	2,18	0,10		1,09	2,18	0,10	38.150,00
5	Serviço de arrecadação por documento recebido nos terminais de autoatendimento.	UND	15000	1,00	2,18	0,10		1,09	2,18	0,10	16.350,00
6	Serviço de arrecadação por documento recebido via PIX.	UND	110000	1,00	1,00			1,00	1,00	1,00	110.000,00
Responsável pela cotação		LJOMAR SIEGA		APROVAÇÃO:		TOTAL:		344.350,00			
OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM 3 INTITUIÇÕES FINACEIRAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D OESTE - PR, E FOI ADOPTADO CRITERIO DE APURAÇÃO DE MEDIA DE PREÇOS ENTRE OS ORÇAMENTOS.											
IX CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO											
São Jorge D'Oeste, 13 de agosto de 2025.											
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL											



9.2.2 Do Mapa acima, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, nomeado competente pela Portaria nº 2735/2025, extrai-se que:

ITEM	COD EQUIP	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	67263	Serviço de arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	UND	50000	R\$ 1,09	R\$ 54.500,00
2	67264	Serviço de arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo	UND	100000	R\$ 1,09	R\$ 109.000,00
3	67265	Serviço de arrecadação por documento recebido nos correspondentes bancários.	UND	15000	R\$ 1,09	R\$ 16.350,00
4	67266	Serviço de arrecadação por documento recebido nas casas lotéricas.	UND	35000	R\$ 1,09	R\$ 38.150,00
5	67267	Serviço de arrecadação por documento recebido nos terminais de autoatendimento.	UND	15000	R\$ 1,09	R\$ 16.350,00
6	67268	Serviço de arrecadação por documento recebido via PIX.	UND	110000	R\$ 1,00	R\$ 110.000,00
VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO					R\$ 344.350,00	

9.2.3 Destaca-se que a escolha pela média de preços como critério para definição do preço máximo, justifica-se pela discrepância entre os valores orçados, (em tempo, não optou-se pela mediana, uma vez da uniformidade da amplitude entre os preços orçados, ou seja, como as diferenças entre eles não apresentou-se com a presença de outliers) com amplitude regular, de modo que é um dos casos de indicação de utilização do cálculo da média aritmética simples entre os dados, para ser significativa e representativa.

9.2.3.1 Da análise acima, define-se como preço máximo para a pretensa contratação, o valor de a **R\$ 344.350,00 (Trezentos e quarenta e quatro mil e trezentos e cinquenta reais)**.

9.3 DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, a mesma foi elaborada, considerando em todos os seus aspectos, o disposto no Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal.

9.4 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA



9.4.1 A apresentação da documentação exigida para o credenciamento, será exclusivamente pelo e-mail: licitação@pmsjorge.pr.gov.br

9.4.2 As solicitações serão recepcionadas pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 2.865/2025, e por Ele analisadas, caso regulares, encaminhadas para a homologação.

9.4.2.1 Poderá o Pregoeiro, solicitar o reenvio de documentos, ou ainda solicitar outros que venham assegurar a veracidade dos primeiros, ainda que em diligências.

9.5 DA PROPOSTA

9.5.1 A proposta deverá conter os seguintes documentos digitalizados e assinados eletronicamente pelo representante legal:

a) Declaração de Requerimento de Credenciamento (ANEXO II)

Devidamente preenchida, contendo:

- Relação dos serviços que se propõe a realizar;
- Valor unitário e total de cada serviço, conforme tabela de referência constante do item 9.2.2 deste edital;
- Capacidade máxima de atendimento mensal por atividade (coso julgar-se limitado);
- Indicação dos horários disponíveis para atendimento, conforme a demanda da Administração;

b) Termo de Adesão (ANEXO III)

Concordando em aderir às condições estabelecidas neste edital, declarando ciência e concordância com as regras do credenciamento, e indicação de representante(s) autorizado(s) a praticar os atos necessários em nome do credenciado.

9.5.2 O preço de referência para o credenciamento e consequente contratação está fixado na tabela de valores do item 1.1.3.2 deste termo de referência, com base em pesquisa de mercado.

Não será admitida proposta com valores divergentes aos fixados (inferiores ou superiores), sob pena de desclassificação automática.

9.5.3 A proposta deverá conter, de forma clara e legível:

- Nome da empresa/credenciado;
- CNPJ/CPF;
- Telefone e e-mail atualizados;
- Relação de serviços ofertados;
- Nome e assinatura eletrônica do representante legal.



9.5.4 A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada (podendo ser digitalmente) pelo representante legal da empresa (instituição). Caso utilize modelo próprio, este deverá conter todas as informações exigidas e seguir a estrutura e sequência dos itens do edital.

9.5.5 A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições do presente edital, dos valores fixados para os serviços e dos compromissos assumidos, sendo os preços considerados completos e suficientes para a execução dos serviços, vedada qualquer reivindicação posterior de reajuste em razão de omissão, erro ou interpretação equivocada.

9.5.6 A empresa credenciada assumirá integral responsabilidade por todos os encargos legais, incluindo, mas não se limitando a:

- Tributos federais, estaduais e municipais;
- Encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução dos serviços.

SEÇÃO 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, e nos vínculos abaixo espelhado, e ainda, juntado aos autos:



Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)

07- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

002- Departamento de Contabilidade e Finanças

04.123.0005.2027- Administração Contábil e Financeira

3.3.90.39.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02130	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)
02140	E	00504	0504/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais
02150	E	00510	0510/01/07/00/00	Taxas - Exercício Poder de Polícia
02160	E	00511	0511/01/07/00/00	Taxas - Prestação de Serviços
02170	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 18/08/2025

Contas de despesa: 2130, 2140, 2150, 2160, 2170

Emitido por: IVANIR DA SILVA, na versão: 5537 q

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

São Jorge D'Oeste, 29 de setembro de 2025

Clodoaldo Blank
Agente de Contratação – Fase de Planejamento

Portaria nº 2865/2025

CLAIR MARIANO DA COSTA
Secretária Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.
Decreto nº 4.496/2025



ANEXO I

**PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS (MODELO DE
PROPOSTA E PEDIDO DE CREDENCIAMENTO)**

CREDENCIAMENTO Nº 00X/2025

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Endereço: Nº: _ Bairro: _____ Município: _____

SOLICITAÇÃO:

Através do presente, a instituição acima qualificada, vem solicitar credenciamento para prestação de serviços bancários, para o objeto do edital de CREDENCIAMENTO Nº **003/2025**, que visa o credenciamento de instituições bancárias interessadas em prestar serviços abaixo mencionados. Declaro que conheço os termos do edital e a eles me submeto.

PROPOSTA DE FORNECIMENTO:

Local e Data

Nome e Assinatura representante legal]



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA PARA RELATORIO MENSAL PARA COBRANÇA

TARIFAS SOBRE RECOLHIMENTOS DE 01/ / A 31/ / - TODAS					
EMPRESA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE					
Data do movimento	Meio de arrecadação	Valor recolhido	Quant. de movimento	Valor unit. da tarifa	Valor total por meio de arrecadação
/ /	a Serviço de arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	b Serviço de arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	c Serviço de arrecadação por documento recebido nos correspondentes bancários	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	d Serviço de arrecadação por documento recebido nas casas lotéricas	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	e Serviço de arrecadação por documento recebido nos terminais de autotendimento	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	f Serviço de arrecadação por documento recebido via PIX	R\$ 0,00	x	R\$ 1,00	y
	1 Totalizador diário	$\sum(a+b+c+d+e+f)$	$\sum(a+b+c+d+e+f)$		$\sum(a+b+c+d+e+f)$
/ /	a Serviço de arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	b Serviço de arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	c Serviço de arrecadação por documento recebido nos correspondentes bancários	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	d Serviço de arrecadação por documento recebido nas casas lotéricas	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	e Serviço de arrecadação por documento recebido nos terminais de autotendimento	R\$ 0,00	x	R\$ 1,09	y
	f Serviço de arrecadação por documento recebido via PIX	R\$ 0,00	x	R\$ 1,00	y
	2 Totalizador diário	$\sum(a+b+c+d+e+f)$	$\sum(a+b+c+d+e+f)$		$\sum(a+b+c+d+e+f)$
Totalizador Mensal		$\sum[1+2+...+31]$	$\sum[1+2+...+31]$		$\sum[1+2+...+31]$



ANEXO III

TERMO DE ADESÃO

CREDENCIAMENTO Nº 00X/2025

A instituição financeira _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____,

_____, por intermédio de seu representante legal já devidamente identificado,

DECLARA sua ciência e anuência a todos os termos fixados no regulamento do
**CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS DE
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS)**

da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste/PR, referente ao processo de
CREDENCIAMENTO Nº **00x/2025**.

São Jorge D'Oeste, __ de _____ de 20____.

(nome e identidade do representante legal)

Nome legível do representante legal: _____

Telefone: _____, e-mail: _____